

## Geografia da cólera: a corte e seus arredores durante a epidemia de 1855

Kaori Kodama\*

Até a primeira metade do século XIX, o Brasil era considerado pelas autoridades médicas locais relativamente livre das epidemias que assolavam países dos dois lados do Atlântico. Esse quadro mudou com a chegada da febre amarela em 1849, e a partir de então, novas ondas epidêmicas se sucederam, conforme adensavam as relações comerciais do país. O ano de 1855 registrava a epidemia de cólera morbo, oficialmente considerada a primeira no Brasil<sup>1</sup> que, segundo algumas estimativas, matou cerca de 200.000 pessoas (Cooper, 1987). A moléstia rompeu inicialmente na província do Pará, em maio de 1855, alcançando em seguida o Amazonas e a província do Maranhão. Da Bahia, o flagelo teria chegado em Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (Rego, 1873:81). No mês de julho, considerado o de menor mortalidade na província, era notificado no Rio de Janeiro o primeiro caso da epidemia de cólera na cidade, causando a morte de 4.828 indivíduos, entre julho de 1855 e maio de 1856 – número de mortos que só se comparava com o da epidemia de febre amarela cinco anos antes.

O primeiro doente era um escravo de nome Maximiano, que chegara do Ceará, pelo navio São Salvador, procedente do Pará, e que aportou na corte no dia 12 daquele mês. Maximiano se alojou na casa de um senhor morador na rua do Hospício, de nome Cohn, e adoeceu três dias depois, sendo diagnosticado pelo doutor Garnier, e levado para um lazareto em Maricá. Lá ficou restabelecido, mas a mesma sorte não teve outro escravo que com ele dividira o leito na casa de Cohn. Este escravo apresentou os sintomas no dia 17, e foi enviado para a Santa Casa da Misericórdia onde veio a falecer. O registro de óbito desse escravo, de nome Custódio, encontra-se nos arquivos da Santa Casa. O crioulo de 36 anos, natural do Pará, foi enterrado no cemitério São Francisco

---

\* Pesquisadora visitante – Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz

<sup>1</sup> Não obstante essa posição oficial, o médico português Antonio Correia de Lacerda, que morou em Belém, escreveu em 1832 que o cólera já existia de forma endêmica naquela região. Cf. Sanjad, Nelson. “Cólera e medicina ambiental no manuscrito 'Cholera morbus'(1832) de Antonio Correia de Lacerda (1777-1852)”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos.vol 11(3);587-618. set-dez, 2004.

Xavier, como consta na guia de sepultamento do dia 18 de julho. A partir deste caso, outros começaram a ser registrados, aparentemente todos primeiramente ligados aos passageiros do navio São Salvador.

Como os relatos médicos já indicavam nas primeiras avaliações da epidemia, verificou-se que a cólera, embora atingisse todas as classes sociais, incidia especialmente sobre os escravos (Rego, 1873:108) e a população mais pobre da cidade. Estimativas apontam que dos 4.828 indivíduos na cidade que pereceram da doença, 2.513 eram escravos (Rego, 1873; Cooper, 1984), num total da população urbana que devia alcançar a 266.000 indivíduos. Apesar de alguns estudos apontarem a alta taxa de mortalidade de escravos nos anos da epidemia (Cooper, 1987), poucas pesquisas até agora foram feitas no sentido de se conhecer melhor o impacto da cólera sobre a população cativa.

Nesta apresentação pretendo apontar alguns dados preliminares da pesquisa que venho realizando sobre a mortalidade de cólera a partir das fontes existentes nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia no Rio de Janeiro. Os dados coletados foram gerados a partir dos atestados médicos e das guias de sepultamento do cemitério São Francisco Xavier dos meses de julho de 1855 a junho de 1856. Essas fontes, já analisadas por outros autores (Karasch, 2000, Porto, 2007 e Prata, 2007), permitem retirar variadas informações acerca dos falecimentos durante o período da epidemia, tais como a condição social e jurídica, estado matrimonial, idade, ocupação, naturalidade ou procedência, causa mortis, local de moradia, e no caso dos atestados médicos, o tipo de tratamento dado ao doente e condições mais detalhadas sobre o falecimento.

Em primeiro lugar, é necessário salientar o caráter da fonte, restrito ao espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. Conforme pesquisa de Jorge Prata de Sousa, confirmando a de outros autores, os registros de óbitos da Santa Casa entre 1835 e 1849, correspondiam a pouco mais de 50% das mortes na cidade (Prata, 2007). Pode-se dizer que este índice deve ter subido quando o antigo campo da Misericórdia tornou-se, junto com o cemitério de São João Batista, num dos cemitérios públicos da cidade, durante os casos da febre amarela. A partir de então, os sepultamentos eclesiásticos teriam ficado proibidos (v. Rodrigues, 1999).

Entretanto, pelo que me foi possível verificar, apesar da proibição, em 1855, muitas pessoas ainda realizavam os enterramentos de seus entes próximos nos espaços

das igrejas<sup>2</sup>. A cólera de 1855 parece ter sido um momento propício no qual as autoridades buscaram acelerar o processo de secularização das práticas funerárias, mesmo que sob protesto dos habitantes, conforme podemos verificar pelo caso de um leitor do jornal *A constituição*. Em carta enviada no dia 18 de agosto, um senhor morador de Niterói reclamava da atuação dos agentes policiais e médicas quando sua esposa falecera de cólera. Hypolito Candido de Assis Araújo se mostrava indignado pelo rapto do corpo de sua mulher pelos policiais, que o enterraram em terreno nos limítrofes da cidade, a 10 palmos do chão, sem ter recebido qualquer sacramento. Também reclamava da invasão da casa de sua sogra, onde o corpo teria sido recolhido, cujas paredes foram caiadas e todos os ambientes fumigados<sup>3</sup>. Práticas como essa se tornariam cada vez mais frequentes durante o período de epidemia, mostrando os conflitos entre crenças populares e as tentativas da comunidade médica firmar seu poder. E tais conflitos devem ter tomado proporções ainda maiores conforme o avanço da cólera verificado pelas mortes encontradas nos documentos da Santa Casa.

No universo de mortos enviados para o cemitério de São Francisco Xavier, há certamente um perfil social predominante, formado principalmente por pobres livres, escravos, estrangeiros livres e indigentes. Se no quadro geral da população do município da Corte, a percentagem de escravos chegava a pouco mais de 40%, como podemos verificar, ao separarmos as categorias de livres e de escravos (deixando à parte a dos forros), o número de livres e de escravos mortos no período quase se equivaleram. No cômputo geral, os livres excederam ligeiramente os escravos entre junho de 1855 a julho de 1856. No cemitério foram enterrados 4432 livres e 4369 escravos, o que destaca na realidade, uma maior mortalidade dos cativos durante a epidemia, se formos analisar as mortes em termos relativos. Em média, eram sepultados mais livres do que escravos, mas durante o surto de cólera, sobretudo no auge da epidemia, nos meses de setembro e de outubro, a mortalidade escrava excedeu a dos livres. Na primeira tabela abaixo, procuro seguir a incidência de mortes entre as duas categorias para o período de

---

<sup>2</sup> Ver por exemplo correspondência do presidente da província do Rio de Janeiro ao chefe de Polícia, na qual se pedia que o último encaminhasse uma intimação aos provedores das Irmandades para que escolhessem os locais nos novo cemitério que estava sendo construído a fim de fazer cessar os enterramentos nas “catacumbas e cemitérios atuais” das mesmas irmandades. Provavelmente, o novo cemitério deveria ser a expansão do cemitério de São Francisco Xavier, no Caju. Ver Fundo PP, Notação 0313, Maço 10, Cx 0117, “Palácio da Presidência da Província do Rio de Janeiro em 30 de julho de 1855 (Reservado)”, Arquivo Público do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> A Constituição, anno 1, 18 de agosto de 1855, n 55, p.2.

julho de 1855 a junho de 1856, acompanhando mês a mês. Na segunda, verifico o número de mortes por cólera, o que acompanha em parte a evolução da primeira tabela, acentuando, entretanto a maior mortalidade dos escravos para os meses de setembro e outubro.

Tabela 1 : Comparação da mortalidade geral entre livres e escravos

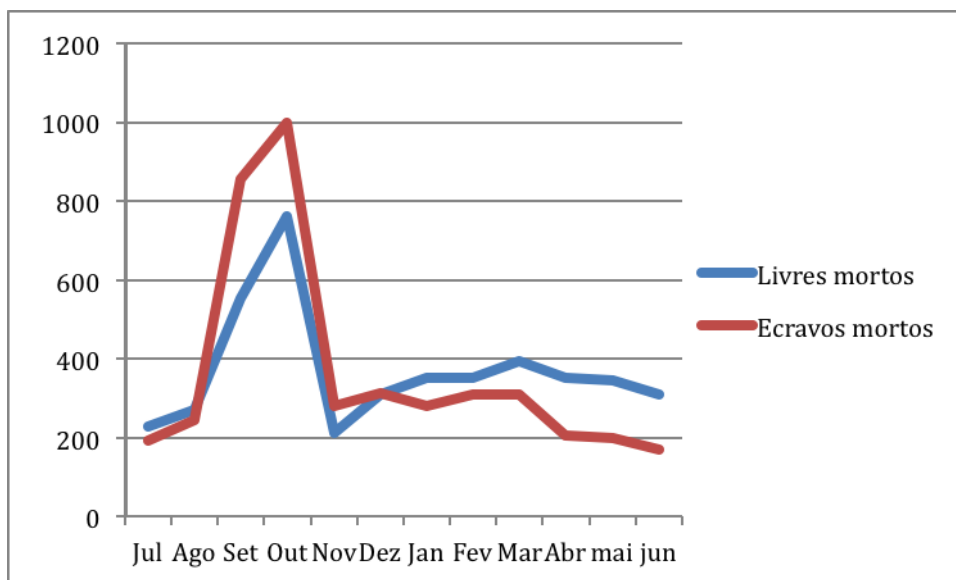
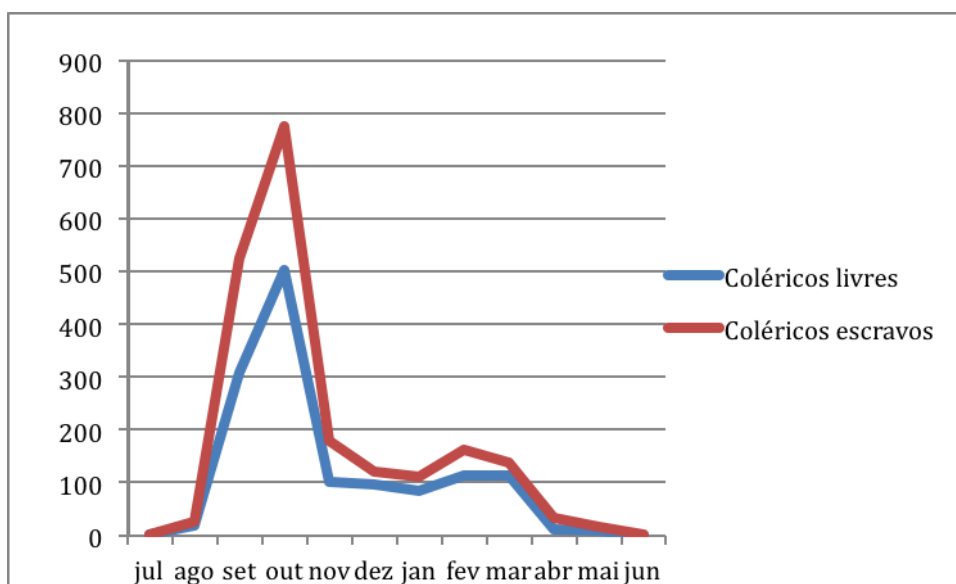


Tabela 2 : comparação da mortalidade de cólera entre livres e escravos



Se no primeiro gráfico, todas as doenças foram incluídas, na segunda selecionei somente as mortes identificadas como cólera, apesar de ter incluído algumas variações

na denominação da doença. Nos atestados encontramos variadas formas de se identificar a doença, como cólera morbus, cólera asiática, afecção reinante, febre reinante e epidemia reinante. Também entre essas mortes, foram computadas três vítimas acometidas pelo que foi chamado de “peste de Marajó”, doença identificada como a cólera no livro de registros. O fato de a cólera ter recebido essa denominação provavelmente deveu-se a um vapor denominado Marajó, que ficara conhecido por ter levado pelo rio Amazonas alguns dos passageiros do *Defensor*, navio do qual surgiram os primeiros casos da doença em Belém. Em sua tese sobre a cólera, o estudante de Medicina do Rio de Janeiro, João José da Silva (1857) contou que o navio Marajó, que subira pelo Amazonas até Vila Bela e Barra, fora responsável por levar a moléstia àquelas povoações.

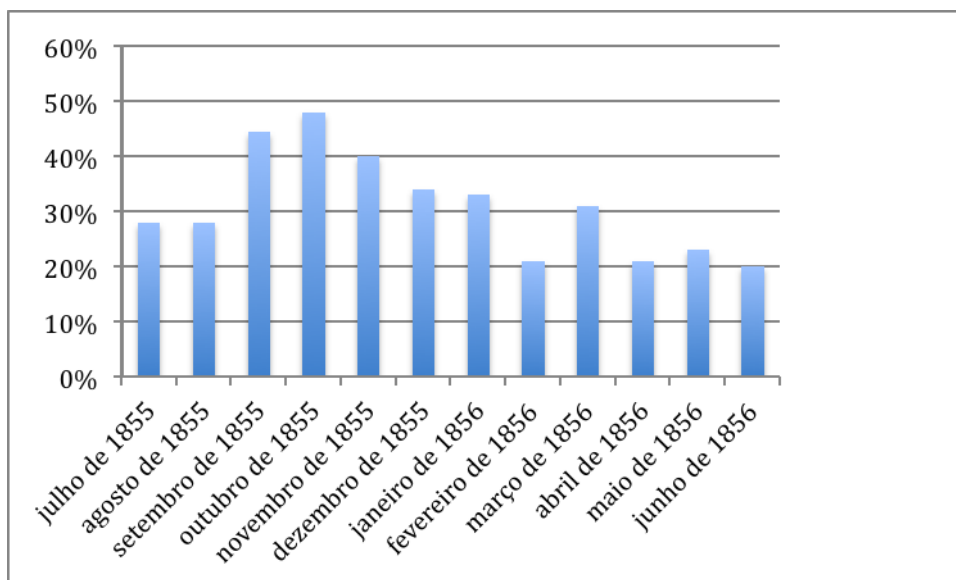
É interessante observar que a forma de denominar a doença variou sobretudo nos primeiros meses de entrada da epidemia, o que indica que o consenso médico ainda estava se estabelecendo. Neste mesmo mês ainda é possível registrar um grande número de mortos por gastro-enteretites ou gastro-entero-colite, com 99 entradas. A tendência nos meses subseqüentes foi de diminuição de casos de gastro-enterites e do aumento de registros de coléricos. Provavelmente, isso reflete o consenso médico que a cada dia ia se formando conforme aumentavam o número de casos de cólera. Entretanto, pode-se também verificar que muitas vezes a própria gastro-entero-colite poderia ser identificada com o cólera. Em muitos registros encontramos a causa mortis de uma vítima declarada no atestado como gastro-entero-colite, e como cólera no livro de registros de óbito, dando a entender que para alguns, os termos eram sinônimos. O médico que atuava no hospital da Quinta Imperial, por exemplo, o doutor Porfírio José da Rocha, continuou a diagnosticar como gastro-entero-colite muitos dos casos que seriam interpretados como cólera pelo inspetor da freguesia do Engenho Velho. Nas mortes por cólera, recomendava-se o sepultamento o mais breve possível, de preferência em caixão fechado. Mas muitas vezes, sobretudo os escravos, estrangeiros e indigentes, eram enterrados nas valas – separadas para os livres e para os escravos – reservadas aos que não possuíam qualquer recurso para a paga aos administradores da Santa Casa. No caso dos escravos, eram os senhores que deveriam cobrir as despesas pelo tratamento e enterro. O pagamento mínimo, de 2\$000 réis, para o enterro na quadra 4 do campo santo, ocorria na maior parte das vezes. Os enterros gratuitos só eram concedidos aos

que conseguiam obter um atestado de pobreza e para os proprietários de poucos escravos, ou ainda, para os livres e escravos que faziam parte de algum órgão público, como o corpo militar ou a Casa de Correção. Havia, no entanto, alguns escravos que recebiam tratamento um pouco melhor depois de morto, sendo enterrados nas quadras de número 3 ou mesmo a de número 2, cujos preços das sepulturas eram mais altos. Porém, nenhum era levado à quadra de número 1, cujo valor chegava a 80\$000. Embora a recomendação durante a epidemia de cólera fosse a de enterrar a vítima em caixão fechado por causa da emissão de miasmas, cada vez mais corpos de coléricos eram levados às valas por falta de tempo e de caixões.

Outro aspecto relevante é quanto à nacionalidade/origem dos escravos e forros enterrados no cemitério de São Francisco Xavier. Dos 1.014 escravos e forros encontrados no mês de setembro, foi possível identificar um número de 614 africanos e 257 brasileiros, sendo 143 o número de pessoas cuja nacionalidade ficou desconhecida. A percentagem total dos africanos em relação aos escravos e forros de nacionalidade ou origem conhecida é de 70%. Ainda que sejam necessárias investigações mais aprofundadas, esses indícios parecem sugerir que o Rio de Janeiro, em 1855, começava a passar por mudanças, deixando cada vez mais de ser a cidade africana que ainda marcava a primeira metade do século XIX.

Certamente, a população africana foi bastante atingida pela epidemia. Um caso particular foi a dos africanos livres. Dos 20 africanos livres encontrados nos registros de óbitos no mês de setembro, sabemos que 16 morreram por cólera, enquanto que dos outros quatro, 3 foram por tuberculose e um por pneumonia. Devido ao tipo de trabalho a que eram submetidos, fosse em serviços públicos como no emprego em obras, nas enfermarias ou na Casa de Correção, fosse em serviços de particulares, tais africanos deveriam estar particularmente sujeitos à perecerem do mal pela maior exposição que sofriam.

Tabela 3 : Percentagem de africanos (livres e escravos) entre os mortos enterrados no cemitério SFX



À medida que aumentavam os casos suspeitos dia-a-dia, é possível perceber que algumas ocupações apresentavam maiores riscos de contrair a doença, como no caso das lavadeiras, dos pescadores e dos marinheiros. O contato direto com a água, que sabemos hoje ser o meio de transmissão do vibrião colérico, aumentava as chances de propagação da moléstia. No mês de setembro são notificadas nove lavadeiras que morreram, sete por cólera e duas por colerina, considerada na época uma doença que se apresentaria de forma mais branda que o cólera, embora com sintomas parecidos. Como explicou Tânia Pimenta, durante o avanço epidêmico, muitos médicos escreveram teses e folhetos nos quais procuravam esclarecer à população a diferença entre as duas doenças. O diagnóstico de colerina poderia servir como forma de tranquilizar os habitantes da cidade, mostrando que a elite médica teria a situação sob controle em relação à nova onda epidêmica (Pimenta, 2004). Ainda assim, é possível verificar que mesmo nos casos da colerina, algumas mortes foram detectadas: ao todo, 15, no mês de setembro.

Outras ocupações foram também bastante atingidas. Entre os livres, foram vítimas muitos soldados da Companhia Militar, do Arsenal de Guerra, e os trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Pedro II. Como seria de esperar,

também para os mendigos e indigentes, a causa mortis na maioria dos casos foi por cólera. Como em todas as regiões atingidas pelo cólera, a mortandade incidiu principalmente sobre os pobres (Evans, 1998), e nos casos onde havia escravidão, sobre a população escrava e liberta ao lado dos livres desfavorecidos. Não obstante a epidemia não poupar vidas em nenhuma das classes sociais, a percepção de que ela fazia mais vítimas entre aquelas populações era já evidente. Estatísticas realizadas no período indicavam a maior porcentagem de escravos mortos em relação aos livres, não só no Brasil, como também nos Estados Unidos, quando a epidemia apareceu pela primeira vez em 1832 (Kiple, 1981, Savitt, 1978). As falas das autoridades médicas e administrativas apontavam a relação que havia entre o não seguimento dos preceitos higiênicos e a letalidade da doença, como fez José Pereira Rego ao notar que o cólera tinha praticamente exterminado os mendigos da cidade do Rio de Janeiro, em 1855 (Rego, 1873) Os estudos contemporâneos sobre o flagelo no século XIX apontaram a existência de uma estigmatização da doença, como é possível notar no caso norte-americano, quando a morte de caucasianos mais abastados era atribuída à diarreia, disenteria ou febre biliosa e não ao cólera, na Virgínia em 1832 (Savitt, 1978). De fato, a carência de condições sanitárias apropriadas tornavam os escravos e a população mais pobre da cidade nas vítimas mais vulneráveis, ajudando a criar sobre o mal um rótulo social.

Dessa pequena amostra, é possível perceber como a população cativa pereceu com a epidemia de 1855. Não obstante saber-se que as taxas de mortalidade da cólera no Brasil não chegaram a índices mais alarmantes como, por exemplo, nos casos da peste bubônica na Europa, que dizimou 40% da população de algumas localidades, nem por isso, deve-se desprezar seus impactos. Calculou-se que até o fim da epidemia, cerca de 52% dos falecimentos de coléricos na cidade foram de escravos (Cooper, 1987). Segundo uma tese de Medicina de 1876, estima-se que, entre 1845 e 1876, o ano de 1855 foi aquele que registrou a maior taxa de mortalidade de cativos, com 4.444 mortos (Teixeira, 1876), quando em nenhum outro ano essa taxa subiu para mais de 3.000. O grande número de africanos mortos é outro fator que pode ser estudado mais aprofundadamente no futuro, dado que com o fim do tráfico, não haveria novas entradas para renovar essa população. Sobretudo, parece ser importante compreendermos de que maneira especificamente a epidemia foi vivenciada pela população. Dos indícios que



temos, os cativos, não obstante sua proximidade no meio urbano em seus modos de vida com os livres pobres, padeceram mais gravemente da epidemia. Se os relatos oficiais indicaram já essa situação, ainda permanecem em aberto investigações que aprofundem o que aparentemente parece ser natural: como e por que os escravos foram os mais afetados pela cólera? A pesquisa das fontes da Santa Casa apontam para as diferentes condições de saúde dos escravos na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar desses indícios do flagelo, ainda sabemos pouco sobre ele e seus possíveis impactos na vida dos escravos e no cotidiano da cidade. A epidemia de cólera deixou, entretanto, marcas em algumas regiões do Brasil, como no Pará e na Bahia (Beltrão, 2002, David, 1994), permanecendo viva no imaginário social, pela sua manifestação assombrosa e morte degradante. Quiçá com novas pesquisas, poderemos começar a dar uma nova dimensão a esta que foi provavelmente a epidemia que mais diretamente atingiu escravos, libertos e a população pobre do Rio de Janeiro no século XIX.

#### Bibliografia:

ANDRADE, Gilberto Osório de. *A Cólera-Morbo. Um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 1986, 2ª ed (1956).

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera: o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Pará: Universidade Federal do Pará, 2004.

COOPER, Donald B. "The New 'Black Death' : Cholera in Brazil, 1855-1856". In: KIPLE, Kenneth (ed) *The African Exchange. Toward a Biological History of Black People*. Durham&London: Duke University Press, 1987, p.235-256.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia de cólera na Bahia em 1855-56*. Diss. M., FFCH, UFBA, 1994.

EVANS, Richard. J. "Epidemics and revolutions: cholera in nineteenth-century Europe". In: RANGER, Terence & SLACK, Paul (eds.) *Epidemics and ideas. Past&Present*, 1998, pp. 149-173.

KIPLE, Kenneth & KING, Virginia Himmelsteib. *Another Dimension to the Black Diaspora: Diet, Disease, and Racism*. Cambridge, Cambridge University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. *The Caribbean Slave: A Biological History*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.

PEIXOTO, A. *Higiene*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1917.

PIMENTA, Tania Salgado. "Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera no Rio de Janeiro em 1855". In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, pp.31-51.

PORTO, Ângela de Araújo. “Fontes documentais do arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro para a história do tratamento de escravos na segunda metade do século XIX”. Anais do IIIo Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. CD-Rom, Florianópolis, UFSC, 2007.

*RELATORIO da Vice-Presidencia da Provincia do Rio de Janeiro no Periodo que Decorreu de 19 de Setembro a 26 de Novembro de 1855.* [Relatorio Apresentado ao Excellentissimo Presidente da Provincia do Rio de Janeiro o Senhor Conselheiro Luiz Antonio Barbosa pelo Vice-Presidente Visconde de Baependy ao Passar-lhe a Administração da Mesma Provincia em 26 de Novembro de 1855]. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

REGO, José Pereira. *Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil.* Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

RODRIGUES, Cláudia. A cidade e a morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-50). *História, ciência, saúde-Manguinhos.* 1999, vol.6, n.1, pp. 53-80.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. “Um século de cólera: itinerário do medo”. *Physis. Revista de Saúde Coletiva*, vol.4, no.1, pp.79-110, 1994.

SAVITT, Todd L. *Medicine and Slavery. The diseases and health care of blacks in antebellum Virginia.* Urbana, Univ. of Illinois Press, 1978.

SILVA. João José da These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1857.

SOUSA, Jorge Prata de. Anotações a respeito de uma fonte: os registros de óbitos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, século XIX”. In: PORTO, Ângela. *Doenças e escravidão: sistema de saúde e práticas terapêuticas.* [CD-ROM] Rio de Janeiro: Fiocruz - Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

TEIXEIRA, José Maria. *Mortalidade na cidade do Rio de Janeiro.* Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1873.